

1 **ATA DA 458ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA TRINTA DE NOVEMBRO**
3 **DE DOIS MIL E DEZESSETE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

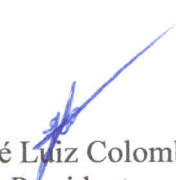
4 Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às quinze horas e trinta minutos, no
5 Auditório Lino Grützmacher, na AMMVI, em Blumenau /SC, realizou-se a quingentésima
6 quinquagésima oitava Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do
7 Itajaí (AMMVI), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Botuverá, senhor José Luiz
8 Colombi e secretariada por mim, Michele Prada. A assembleia contou com a presença do senhor José
9 Gerson Gonçalves, prefeito do município de Apiúna; senhor José Luiz Colombi, prefeito do
10 município de Botuverá; senhor Jonas Oscar Paegle, prefeito do município de Brusque; senhora
11 Simoni Mercia Mesch Nones, prefeita do município de Doutor Pedrinho; senhor Kleber Edson Wan-
12 Dall, prefeito do município de Gaspar; senhor Matias Kohler, prefeito do município de Guabiruba;
13 senhor André Luiz Moser, prefeito do município de Indaial; senhor Ércio Kriek, prefeito do município
14 de Pomerode; senhor Marildo Domingos Felippi, prefeito do município de Rio dos Cedros; senhor
15 Paulo Roberto Weiss, prefeito do município de Timbó; senhor Jean Pierre Bezerra Museka, advogado
16 do município, representando o senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do município de Timbó; senhor
17 José Rafael Corrêa, secretário executivo da AMMVI, além de demais interessados, conforme registro
18 de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente agradeceu a presença de todos e,
19 constatando quórum estatutário, deu início à reunião. Inicialmente, o presidente determinou a leitura
20 da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 – Instituto
21 Furb; 3 – Saúde pública: controle da dengue; 4 – Agendas institucionais; 5 – Projeto Governança; 6
22 - Encerramento de exercício e contas dos prefeitos 2017; 7 - Saneamento ambiental; 8 - Assuntos
23 gerais. Na sequência, o presidente apresentou o item um, confirmando o recebimento antecipado da
24 ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para deliberação por correio eletrônico e, não havendo
25 manifestação em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o presidente
26 convidou para fazer a explanação do segundo assunto em pauta - Instituto Furb - o senhor Ademar
27 do Amaral Junior, gerente de Parcerias do Instituto Furb. Ele explicou que este é um órgão
28 suplementar da Universidade Regional de Blumenau (Furb) que viabiliza parcerias com a iniciativa
29 privada, terceiro setor e poder público com o objetivo de aproximar a Universidade com a sociedade.
30 O instituto funciona como um canal de acesso do mercado e da sociedade aos conhecimentos gerados
31 na Universidade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e a promoção da qualidade
32 de vida. O órgão atua em cinco áreas: serviços laboratoriais; consultorias, assessorias e pesquisas;
33 pós-graduação; cursos de curta duração; e concursos. Especificadamente em concursos, o instituto
34 faz a gestão comercial e a coordenação operacional de concursos da iniciativa privada e pública.
35 Segundo ele, a Furb atua na organização e aplicação de concursos desde a década de oitenta e tem
36 organizado certames para órgãos públicos, fundações, empresas de economia mista, entre outros entes
37 públicos. A Universidade oferece ainda espaço físico, ambientes climatizados e com mobiliário
38 padronizado em local de fácil acesso. Além disso, o instituto oferece, dentre seus serviços na área de
39 concursos: orçamento; elaboração do edital/extrato de jornal com aprovação da contratante,
40 inscrições dos candidatos pela internet; homologação dos candidatos inscritos; respostas aos recursos
41 referentes à homologação; elaboração de prova objetiva para os devidos cargos conforme
42 termo/edital; todas as questões referentes às provas serão inéditas; aplicação da prova objetiva e
43 espaço físico; divulgação das salas para os candidatos individualmente por e-mail; correção das
44 provas por leitura óptica; respostas dos recursos de questões da prova objetiva; respostas dos recursos
45 do resultado final; todas as informações da ficha de inscrição dos candidatos serão repassadas via
46 sistema e-Sfing” e PDF; e apresentação do resultado final. O senhor Ademar do Amaral Junior disse
47 que o Instituto Furb já prestou serviços para as prefeituras de Balneário Camboriú, Benedito Novo,
48 Blumenau, Brusque, Gaspar, Ilhota, Itapoá, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Penha, Pomerode, Timbó.

49 A prefeita Simoni Mercia Mesch Nones disse que os municípios confirmam a idoneidade do instituto,
50 mas, para muitos, a contratação é inviável pelo valor do orçamento. O senhor Ademar do Amaral
51 Junior explicou que existe duas modalidades: orçamento de valor fechado, que é baseado na demanda
52 de cargos; orçamento por inscrição, em que o Instituto elabora o orçamento consoante a perspectiva
53 do número de candidatos. O prefeito Ércio Kriek disse que a orientação do Tribunal de Conta do
54 Estado de Santa Catarina (TCE/SC) é que a segunda opção não seja escolhida, pois, conforme os
55 auditores, isso é um contrato de risco. O prefeito perguntou ainda, a partir da aprovação do orçamento,
56 qual é o prazo para iniciar o processo, como também o prazo para proceder toda a execução do
57 concurso. Além disso, o prefeito sugeriu que sejam viabilizadas parcerias entre a prefeitura e a Furb,
58 de modo que a execução do concurso se torne viável financeiramente. O senhor Ademar do Amaral
59 Junior disse que o Processo Seletivo Público e Simplificado (PSPS) pode ser feito em menos de trinta
60 dias, já o concurso público deve ter, no mínimo, trinta dias de inscrições abertas. No concurso público,
61 o prazo para todo o processo é em torno de setenta e cinco dias, isso somente se tiver prova objetiva.
62 O senhor Ademar do Amaral Junior explicou aos prefeitos que a equipe técnica do Instituto está apta
63 para a realização dos concursos e processos seletivos e que, além disso, está preocupada com todas
64 as etapas. Por isso, se dividir as operações, pode-se perder o controle e a qualidade. O prefeito Marildo
65 Domingos Felippi perguntou se o Instituto elabora diagnóstico socioeconômico de município e/ou
66 localidade por meio de convênio. Nesta dúvida, o senhor Ademar do Amaral Junior salientou que a
67 Universidade presta outros serviços, os quais podem ser disponibilizados por meio de parcerias. Em
68 continuidade, o terceiro tópico da ordem do dia, saúde pública: controle da dengue, foi abordado pelo
69 gerente de Saúde da Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau (ADR), senhor Erenézio
70 Welter. Ele repassou aos prefeitos orientações no controle da dengue e entregou aos prefeitos um
71 termo de compromisso de combate ao mosquito *Aedes Aegypti* em prol da campanha contra a dengue.
72 Em prosseguimento, passou-se para o quarto assunto - agendas realizadas em novembro. O presidente
73 José Luiz Colombi, informou que ele, a prefeitura Simoni Mercia Mesch Nones e o secretário
74 executivo estiveram no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Brasília,
75 para expor o contexto atual pelo qual está passando o município de Doutor Pedrinho, que enfrenta
76 duas situações de invasão pelo Movimento dos Sem Terra (MST) a propriedade particular. Nova
77 reunião sobre isso foi marcada em Florianópolis para apoiar o município na solução deste conflito.
78 Após, o presidente relatou a reunião feita com o diretor geral do Departamento Nacional de
79 Infraestrutura de Transportes (Dnit), senhor Valter Casimiro Silveira, em que foi tratada sobre a obra
80 de duplicação da rodovia BR-470 e na qual estavam presentes ainda alguns parlamentares. Porém,
81 desta reunião, não se teve avanços, pois a justificativa deste órgão é a falta de recursos para a obra. O
82 diretor geral garantiu que no próximo ano serão finalizados os lotes um e dois da duplicação. No
83 mesmo dia, na capital federal, foi realizada ainda reunião com o senador Dario Berger, que também
84 é presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO),
85 reivindicando recursos para a BR-470 e o cumprimento dos recursos pactuados pela União aos
86 municípios nas áreas da educação, assistência social e saúde. Por fim, o presidente falou sobre a
87 mobilização nacional em Brasília, promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM),
88 em que o presidente Michel Temer prometeu o repasse do Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM)
89 no valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais). No entanto, a medida provisória que garante
90 o repasse do montante, ainda não foi editada. Dessa forma, é imprescindível que os gestores se
91 mantenham mobilizados e exijam do Poder Executivo federal o pagamento do AFM ainda este ano,
92 bem como a aprovação da matéria pelo Congresso Nacional. Durante a mobilização, os prefeitos
93 pleitearam ainda o encontro de contas das dívidas previdenciárias, solicitando a derrubada do veto
94 presencial da Lei nº 13.485/2017, pelo Congresso Nacional, que dispõe também sobre a revisão da
95 ~~Lei nº 13.485/2017, pelo Congresso Nacional, que dispõe também sobre a revisão da~~
96 debate está ainda sobre a compensação de horas-extras, um terço de férias e Risco Ambiental do


97 Trabalho (RAT). A AMMVI está tentando a presença de técnico da CNM que trabalhou nesta
98 proposta de encontro de contas na Associação, para falar aos prefeitos e procuradores municipais
99 sobre o assunto e esclarecer os temas que geram mais dúvidas. O senhor José Rafael Corrêa explicou
100 ainda que, na mobilização em Brasília, os prefeitos pediram a aprovação do substitutivo da Proposta
101 de Emenda à Constituição do Senado Federal (PEC) nº 212/2016. O texto aumenta para dois mil e
102 vinte e quatro o prazo final para estados, Distrito Federal e municípios quitarem seus precatórios
103 dentro de um regime especial, com aportes limitados e dinheiro de depósitos judiciais. Avançando a
104 reunião, no quinto tema da ordem do dia - Projeto Governança: controle, tributação e frotas - o senhor
105 José Rafael Corrêa explicou aos prefeitos que a Associação promoveu reunião com os técnicos
106 municipais sobre tributação. Na ocasião, um dos assuntos em pauta foi o Imposto sobre Serviços de
107 Qualquer Natureza (ISSQN) das facções. Ele informou que a maioria dos municípios já aprovou a lei
108 municipal que altera o Código Tributário Municipal, adequando-o à Lei Complementar nº 157, de
109 dezembro de dois mil e dezesseis, do governo federal, que traz mudanças na cobrança do ISSQN
110 pelas prefeituras municipais, a partir de dois mil e dezoito. As alterações incidem diretamente sobre
111 as operadoras de cartões de crédito, planos de saúde e leasing, que serão obrigadas a recolher o
112 imposto na cidade onde a operação foi prestada. Além disso, alguns municípios estão propondo
113 alteração na legislação municipal no que tange as atividades de costura e acabamento quando elas
114 estiverem inseridas em um ciclo produtivo. A nova legislação abriu margem para uma tributação
115 dupla em facções, que já recolhem Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS),
116 aumentando os custos de produção e ameaçando a competitividade de empresas da região. Porém,
117 este caso ainda pode sofrer futuras discussões, pois o tema é polêmico e não há um consenso sobre
118 isso, o que prejudica uma decisão unânime e eventuais questionamentos na justiça. O assessor jurídico
119 da AMMVI, Luiz Claudio Kades, explicou que o fundamento da controvérsia é de caráter
120 constitucional, pois o artigo 156, III, determina que o ISSQN é para aqueles serviços não tributados
121 pelo ICMS. Explicou que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) ajuizou uma Ação Direta de
122 Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF), que está sob a relatoria do ministro
123 Alexandre de Moraes, questionando a incidência do ISSQN quando o serviço compreende etapa da
124 industrialização. Nesse sentido, a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc)
125 também entrou com mandato de segurança na região da Associação dos Municípios do Aldo Vale do
126 Itajaí (Amavi) pleiteando que não se aplique a redação dada pela LC nº 157 ao item 14.05 da lista de
127 serviços quando tributado pelo ICMS ou Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e enquanto
128 não houver decisão do STF sobre a Adin. Diante disso, sugere-se que os municípios encaminhem
129 projeto de lei prevendo na sua lei do ISSQN a exceção para que, nas hipóteses em que o serviço de
130 facção seja uma etapa da industrialização e esteja tributado pelo ICMS e/ou IPI, não ocorra incidência
131 do ISSQN. Segundo o assessor jurídico, como estes serviços tributados pelo ICMS influenciam no
132 movimento econômico, e como os municípios recebem valor de retorno do ICMS, não devem ter
133 prejuízos com esta mitigação ao item 14.05 da lista de serviço ditada pela LC nº 157. O prefeito André
134 Luiz Moser disse que dois mil e dezoito será um ano muito importante e um marco na questão do
135 ISSQN, pois o prefeito que não cobrar este imposto responderá por improbidade administrativa. O
136 prefeito de Indaial propôs que os municípios tenham uma decisão única sobre o assunto e que haja
137 uma recomendação da AMMVI nesse caso, para que os municípios adotem um discurso único na
138 questão das facções. A prefeito Simoni Mercia Mesch Nones disse que partilha da mesma opinião do
139 prefeito de Indaial, e acrescentou que os municípios do Médio Vale, regidos pela AMMVI e
140 Federação Catarinense de Municípios (Fecam), devem ter o mesmo posicionamento. Salientou ainda
141 que o jurídico da Associação auxilie neste caso, pois os prefeitos fizeram o esforço de enviar o projeto
142 de lei em tempo hábil para as Câmaras Municipais. O prefeito Jonas Oscar Paegle salientou que, para
143 Brusque, este posicionamento é muito importante, pois novos empreendimentos serão instalados e os
144 empresários estão tomando conhecimento das alterações no Código Tributário Municipal. O prefeito

145 José Gerson Gonçalves relatou da insegurança jurídica que os prefeitos sentem em função da falta de
146 clareza da legislação federal, pois deve-se deixar a certeza aos municípios sobre a questão da
147 bitributação, visto que não havendo a cobrança, os prefeitos poderão ser penalizados por improbidade
148 administrativa e, havendo a cobrança, há questionamentos no STF e exigência das entidades ligadas
149 à indústria. O prefeito Ércio Kriek sugeriu que seja aberto diálogo com o sindicato da categoria, pois,
150 mesmo havendo recomendação do Judiciário, isso não dá garantia ao Executivo Municipal. O senhor
151 José Rafael Corrêa propôs que os municípios coloquem em suas legislações municipais a mesma
152 emenda de Apiúna e/ou Blumenau e se busque discutir o assunto com as entidades empresariais.
153 Outra questão importante para se debater é sobre a incidência do imposto nas operações de cartão de
154 crédito e débito. O senhor José Rafael Corrêa informou que a AMMVI vai promover um curso sobre
155 fiscalização do ISSQN nos dias trinta e um de janeiro, um e dois de fevereiro do próximo ano. Neste,
156 será abordado sobre como fiscalizar, cruzar, apurar, conferir, auditar, periciar, controlar, tributar,
157 cobrar e receber o ISSQN de cartão de crédito, leasing e cooperativa médica, de acordo com a Lei
158 Complementar nº 157. O curso será subsidiado aos municípios da AMMVI e poderão participar
159 fiscais de tributos, secretários de Administração e Finanças e demais interessados. Ele relatou ainda
160 que a AMMVI foi procurada por duas empresas que oferecem softwares para auxiliar os municípios
161 na captação das informações dos cartões, porém, os técnicos da área consideram que não são viáveis.
162 A proposição é que a AMMVI convide essas empresas para reunião com os técnicos municipais para
163 avaliar as propostas. Em seguida, o senhor José Rafael Corrêa disse que a AMMVI está participando
164 das discussões sobre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) na área de controle interno e que
165 avanços serão possíveis junto ao MPSC. O secretário executivo questionou ainda o interesse dos
166 prefeitos em aderir ao e-Ouv Municípios, que é uma plataforma web gratuita, desenvolvida pelo
167 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), para estados, municípios e
168 órgãos/entidades vinculadas para que possam instituir canais de recebimento, análise e resposta de
169 manifestações de usuários de serviços públicos. Em deliberação, os prefeitos sinalizaram interesse de
170 adesão à ferramenta e isso deverá ser implantado nos municípios. Em continuidade, o senhor José
171 Rafael Corrêa comunicou que a Associação vai iniciar um projeto na área de transparência, a fim de
172 ouvir a sociedade sobre quais informações gostaria de encontrar nos sites municipais e também buscar
173 alternativas de dispor os dados e os relatórios de forma a facilitar a compreensão pelo cidadão. O
174 prefeito Ércio Kriek sugeriu que se busque a integração dos relatórios gerenciais, como também
175 analisar o que realmente é necessário publicar para que a população tenha entendimento dos dados e
176 os relatórios sejam simplificados, pois, quem tiver interesse em mais detalhes, podem acessar os
177 relatórios mais completos e/ou solicitar as informações à prefeitura. Além disso, segundo ele, pode-
178 se ter um levantamento dos dados da região para poder comparar os custos e os investimentos em
179 cada área nos municípios da AMMVI. Diante do exposto, os prefeitos aprovaram a proposta, cujos
180 encaminhamentos devem iniciar em breve. O senhor José Rafael Corrêa pediu manifestação dos
181 prefeitos quanto à adesão à licitação compartilhada para a contratação de empresa para prestação de
182 serviços de controle de frota e logística. Esta deliberação foi tomada na assembleia de prefeitos,
183 realizada em outubro e, até o momento, somente cinco municípios manifestaram interesse. O sexto
184 tópico da ordem do dia, encerramento de exercício e contas dos prefeitos, não foi abordado em função
185 do adiantado da hora. Progredindo a reunião, o presidente passou para o sétimo assunto - saneamento
186 ambiental, momento em que a assessora de Saneamento e Meio Ambiente da AMMVI, senhorita
187 Simone Gomes, informou que a AMMVI finalizou o termo de referência relativo à revisão do Plano
188 Municipal de Saneamento Básico, o qual também foi aprovado pelos técnicos municipais que
189 participam do Colegiado na área. Agora, o próximo passo, é que o processo licitatório para a
190 contratação da empresa para revisão dos Planos seja feito pelo Consórcio Intermunicipal do Médio
191 Vale do Itajaí (Cimvi). A assessoria propôs deliberação dos prefeitos sobre esta proposta, a qual foi
192 aprovada por unanimidade. A senhorita Simone Gomes falou ainda sobre os Plano Municipais de


193 Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA), cuja exigência veio a partir do convênio de
194 gestão ambiental assinado pelos municípios com a Fundação do Meio Ambiente (Fatma), em que foi
195 incluída esta obrigação aos entes municipais no prazo de doze meses. A AMMVI já oficializou pedido
196 para a Fecam, solicitando articulação para a prorrogação deste prazo, mas o Ministério Público de
197 Santa Catarina (MPSC) já oficializou a AMMVI sobre a cobrança a respeito do andamento do Plano
198 que será feita aos municípios. Em função do diagnóstico socioambiental e demais demandas, a
199 AMMVI dará andamento a este trabalho no próximo ano. Prosseguindo para assuntos gerais, o senhor
200 José Rafael Corrêa falou sobre a municipalização das rodovias estaduais, cujo assunto foi tratado na
201 reunião do Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR), realizada no dia vinte e sete de novembro.
202 Permitida desde outubro deste ano por meio de um decreto do governo estadual, a viabilidade de que
203 prefeituras façam a gestão sobre trechos específicos de vias ainda não tem a unanimidade dos
204 prefeitos. Basicamente o decreto assinado no início de outubro prevê flexibilidade à ideia de
205 municipalização de rodovias estaduais e desburocratiza alguns procedimentos para prefeituras que
206 queiram tomar frente à manutenção – assumindo, portanto, todo e qualquer investimento. Ao mesmo
207 tempo que isso pode ser bom para alguns municípios, que assumirão pequenos trechos, para outros
208 gestores públicos é visto como ônus. Durante a reunião do CDR, o superintendente do Departamento
209 Estadual de Infraestrutura (Deinfra), senhor Wanderley Agostini, explicou que a municipalização não
210 é uma obrigatoriedade às cidades e que cabe a cada prefeitura uma avaliação e definição sobre o
211 assunto. Porém, uma vez municipalizada, a rodovia deverá seguir todos os padrões exigidos pelo
212 Estado, e isso inclui trevos e afastamentos padronizados, o que vai gerar significativos problemas aos
213 municípios e às empresas que estão instaladas ao longo dos trechos municipalizados, que também
214 poderão ser notificados por descumprimento às normas. O presidente José Luiz Colombi disse que
215 os prefeitos devem analisar isoladamente cada caso para verificar se há viabilidade financeira de
216 firmar a municipalização dos trechos. Finalizando a reunião, o presidente avisou que no dia catorze
217 de dezembro, à tarde, será realizada a próxima assembleia geral ordinária da AMMVI, na qual
218 acontecerá a eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para a gestão do próximo ano. Por
219 fim, nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da AMMVI encerrou a assembleia, agradecendo
220 a presença de todos. E para constar, eu, Michele Prada, lavrei a presente ata que, depois de lida e
221 aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor secretário executivo da
222 AMMVI.



José Luiz Colombi
Presidente
Prefeito de Botuverá



José Rafael Corrêa
Secretário Executivo



Michele Prada
Assessora de Relações Públicas

223
224